

PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E GESTÃO AMBIENTAL EM TERRITÓRIOS MARINHOS¹

Paula Chamy, mestrande do Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo (PROCAM/USP) e pesquisadora do Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras (NUPAUB/USP) e Iaskara Saldanha, mestrande do Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo (PROCAM/USP) e pesquisadora do Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras (NUPAUB/USP).

Sumário:

1. Introdução
2. A vulnerabilidade do Vale do Ribeira
3. Pescadores artesanais de Iguape e Cananéia
4. Uso, Ocupação e Gestão Tradicional dos Territórios Marinhos.
 - a. Iguape
 - b. Cananéia
5. Conclusão
6. Bibliografia

Resumo:

A crescente preocupação mundial com a degradação dos ambientes naturais, super exploração dos recursos e outras variáveis restringiram por meio de regras rígidas as formas de uso dos espaços e recursos comuns. Tais restrições emergiram das esferas estatais em formas de leis ambientais, institutos coercitivos, unidades de conservação de uso restrito que não consideraram os diferentes saberes das comunidades tradicionais, o que levou essas populações, onde estão inseridos pescadores artesanais, a uma desestruturação de suas práticas. Diante disso, novas formas de gestão dos espaços marítimos têm sido construídas, estabelecendo um diálogo entre o saber tradicional e o científico. Essa busca por formas de gestão alternativa se traduz de modo participativo no planejamento, gerenciamento ambiental e inserção de metodologias participativas na esfera das políticas públicas. Neste sentido, o presente trabalho objetiva evidenciar os fatores responsáveis pela desestruturação de comunidades pesqueiras em Iguape e Cananéia no Vale do Ribeira, litoral sul do Estado de São Paulo, e compreender a diversidade de práticas de gestão que essas comunidades têm estabelecido nos territórios marinhos para garantir a continuidade de suas atividades cotidianas.

Palavras-chave

Conhecimento tradicional, gestão participativa, uso comum dos recursos naturais marinhos.

¹ Ao referirmo-nos ao território marinho não nos limitamos somente ao espaço geográfico (que engloba o espaço costeiro e oceânico). Consideramos também os aspectos culturais, biológicos e naturais que "servem de base a determinadas formas de organização social de produção" (Diegues, 1983:105).

1. Introdução

Sistemas tradicionais de apropriação de espaços e recursos naturais marinhos dependem de um vasto conhecimento empírico presente nas comunidades tradicionais pesqueiras, que definem regras de uso e gestão dos espaços. Tais sistemas sempre estiveram presentes nessas comunidades de modo informal, fazendo parte da tradição das culturas marítimas.

No entanto, a crescente preocupação mundial com a degradação dos ambientes naturais, super exploração dos recursos e outras variáveis, restringiram através de regras rígidas as formas de uso dos espaços e recursos comuns. Tais limitações emergiram das esferas estatais em formas de leis ambientais, institutos coercitivos, unidades de conservação de uso restrito que não consideraram os diferentes saberes das comunidades tradicionais.

Na esfera privada, pescadores artesanais são pressionados por grupos de especulação imobiliária e turística, pesca industrial, inserção de práticas de maricultura exógenas que ameaçam os recursos naturais dos quais dependem.

As práticas tradicionais dessas populações litorâneas tornaram-se alvo da desestruturação promovida pela lógica de mercado, obrigando-as a criar processos alternativos capazes de garantir a reprodução de seu modo de vida.

Neste contexto de desestruturação/reestruturação novas formas de gestão dos espaços marítimos têm sido construídas, estabelecendo um diálogo entre o saber tradicional e o científico. Essa busca por formas de gestão alternativa se traduz de modo participativo no planejamento, gerenciamento ambiental e inserção de metodologias participativas na esfera das políticas públicas.

Sendo assim, este trabalho busca evidenciar os fatores responsáveis pela desestruturação de comunidades pesqueiras em Iguape e Cananéia no Vale do Ribeira, litoral sul do Estado de São Paulo, e compreender a diversidade de práticas de gestão que essas comunidades têm estabelecido nos territórios marinhos para garantia da continuidade de suas atividades cotidianas.

2. A vulnerabilidade do Vale do Ribeira

O Vale do Ribeira tem ocupado posição de destaque no cenário nacional por ser o maior remanescente de Mata Atlântica, a região menos povoada e com menor índice de desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo (Hogan, Carmo & Rodrigues, 1999).

Esta última característica tornou o Vale do Ribeira um alvo de políticas intervencionistas ao longo da história.

Diversas são as justificativas para o subdesenvolvimento econômico do Vale do Ribeira: prevalência do latifúndio, apossamento de terras devolutas, inadequação para expansão de culturas atrativas para a agroindústria, falta de modernização das estruturas regionais entre outros (Carril, 1995). Na busca por soluções de desenvolvimento econômico, muitas atividades produtivas, nem sempre adequadas às condições ambientais e culturais da região foram implantadas.

Ao tentar fomentar a modernização periférica no Vale do Ribeira, o Estado desenvolveu muitas vezes políticas regionais inadequadas à vocação sócio-ambiental da região. As intervenções governamentais acabaram trazendo inúmeros problemas que comprometeram e

continuam comprometendo no tempo, a qualidade de vida da população e o equilíbrio ecológico do meio ambiente².

Como exemplos de intervenções mal sucedidas são exemplos as políticas de colonização do Império e do projeto modernizador do governo de Getúlio Vargas, as medidas para atrair agroindústrias, empresas de mineração e hidrelétricas entre 1950 e 1970, as restrições ambientais impostas pelos governos estadual e federal, como a proibição de extração do palmito (*Euterpe edulis*) e da caxeta (*Tabebuia cassinoides*) em 1968 e a criação de unidades de conservação sem qualquer participação da sociedade local principalmente na década de oitenta do século XX, entre outras.

Some-se a esses fatores o fato dos municípios que compõem o Vale do Ribeira não terem promovido ao longo da história, uma acumulação substancial de capital, quer oriundo da indústria ou da agricultura comercial.

Apesar dos municípios de Iguape e Cananéia terem vivido épocas de prosperidade com a mineração (Século XVII), construção naval (século XVIII) e os cultivos de mandioca e arroz (até o início do século XX), com o surgimento das grandes plantações de café no Estado de São Paulo e a concorrência de outros locais produtores de arroz, iniciou-se um período de estagnação econômica na região.

O incremento das ferrovias para escoamento da produção de café gerou uma gradual desativação do porto de Iguape, que já apresentava também problemas oriundos do assoreamento da Barra de Icapara. Um intenso processo de descapitalização da região teve início conferindo ao Vale do Ribeira a situação de marginalização econômica do presente.

Marcados pela presença constante do mar, Iguape e Cananéia caracterizam-se pela presença no estuário de um conjunto de lagunas, manguezais e restingas enquanto no continente dominam a Serra do Mar e a Mata Atlântica. O clima é quente e úmido e apresenta um intenso regime de chuvas e ventos que influenciam no modo de vida de seus habitantes tanto na terra quanto no mar. O panorama fundiário nesses municípios também é semelhante (e preocupante). A falta de documentação das terras, as questões da posse, da propriedade e do uso da terra geram conflitos que deixam as comunidades de pescadores artesanais ainda mais inseguros e vulneráveis quanto aos seus locais de moradia (Carril, 1995; Zan, 1986)³.

Sem adentrar na lógica capitalista de mercado, a pequena produção passou a caracterizar a economia do Vale do Ribeira. A pesca artesanal, a coleta de produtos da floresta, a produção agrícola de subsistência são exemplos de atividades produtivas que dispensam grandes inversões de capital, o que não significa estagnação no desenvolvimento local.

No entanto, com as pressões oriundas da especulação imobiliária, turismo e aumento da concorrência pelo pescado, o equilíbrio encontrado entre as necessidades sociais e culturais e os recursos naturais disponíveis foi rompido trazendo como consequência à desestruturação de um sistema social constituído historicamente.

² Neste sentido apresentamos trabalho sobre os danos ambientais e à saúde da população do Vale do Ribeira com a introdução do falso escargot (*Achatina fulica*). Podemos citar ainda a inserção do camarão da Malásia, espécie exótica que tem comprometido a pesca do camarão em Cananéia.

³ Cabe ressaltar que, embora esse estudo trate da territorialidade marinha, é a terra, pelos valores de uso e ocupação do sistema capitalista o principal alvo a ser transformado por essa lógica de expansão, mantendo ou marginalizando as populações locais.

Diante dessa desestruturação perguntamos quais seriam as possibilidades de equacionamento do desenvolvimento com o modo de vida das sociedades tradicionais de pescadores artesanais e a conservação da natureza. Uma das possibilidades sem dúvida traduz-se na gestão ambiental participativa, o que implica necessariamente em uma compreensão das formas tradicionais de uso e ocupação dos espaços físicos e sociais, bem como nas formas tradicionais de utilização dos recursos do mar.

3. Pescadores artesanais de Iguape e Cananéia

São em regiões consideradas isoladas, localizadas nas fimbrias do mercado que existem sociedades denominadas artesanais. As atividades produtivas dessas sociedades dependem fortemente dos recursos oriundos da natureza, cuja exploração garante sua sobrevivência, sendo elas as maiores prejudicadas pela degradação do ambiente natural, já que a perda de biodiversidade e escassez dos recursos naturais dos quais dependem diretamente, limita as oportunidades de geração de renda e melhoria da qualidade de vida.

As necessidades induzidas pela modernidade e a economia de mercado têm conduzido a alterações sócio-culturais que modificam a maneira como se estabelece a exploração dos recursos naturais. A competição pelos recursos pode, sem dúvida, levar a situações de sobreuso e utilização de técnicas predatórias dirigidas ao aproveitamento dos recursos, mas diferentemente do que afirma a teoria da tragédia dos comuns (Hardin, 1968), isso não pode ser entendido como uma regra.

Populações tradicionais (quadro 1) possuem diferentes formas de ocupação e técnicas de manejo do meio. Tais práticas têm sido desenvolvidas por gerações e conseguiram garantir a subsistência e reprodução social de seus membros sem destruir os ecossistemas circundantes. Porém, tais populações foram consideradas um obstáculo ao modelo de desenvolvimento imposto e as atividades produtivas das sociedades tradicionais que até recentemente mantinham uma relação de equilíbrio e interação com a natureza foram ignoradas, o que promoveu a desarticulação social, econômica, cultural e ecológica de regiões ambientalmente preservadas.

Quadro 1

A noção de população tradicional tem sido discutida amplamente por antropólogos, biólogos e áreas correlatas. Há autores como Alpina Begossi, que preferem usar o termo população local, enquanto outros, como Mauro de Almeida e Manuela Cunha, cujo entendimento adotamos no presente trabalho, utilizam o termo população tradicional, definindo-a como aquelas que possuem uma "organização local e lideranças legítimas" associadas a "tradições de uso sustentável dos recursos naturais no passado" dependentes de um território específico e "ao uso de técnicas de baixo impacto ambiental no futuro" (Almeida & Cunha, 1999).

Mas é no dinamismo histórico decorrente da desestruturação dos modos de vida tradicionais das populações desses municípios objeto do presente trabalho, que configurações socioeconômicas diversas são estabelecidas.

Segundo dados da Colônia de Pescadores de Iguape "Veiga Miranda" (Z-7) existem no município cerca de 3433 pescadores registrados como artesanais e distribuídos por cinquenta e quatro comunidades, enquanto Cananéia possui 1424 pescadores espalhados por trinta e dois bairros. No entanto, sabe-se que esses dados não correspondem à realidade, uma vez que referem-se somente a pescadores que possuem algum tipo de registro.

Em Iguape, segundo dados de 2001 do Instituto de Pesca (Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo) é a manjuba (*Anchoviella lepidentostole*) o principal produto desembarcado, correspondendo a 72% do total de pescado. Os pescadores que se dedicam à pesca da manjuba utilizam-se do "currico" e da "manjubeira" como artes de pesca, o que envolve dois a quatro pescadores respectivamente.

Espécies de peixes como o bagre, tainha e robalo, de crustáceos, como o siri-azul e camarão, entre outras, são relevantes no contexto pesqueiro local, sendo algumas delas submetidas ao período de "defeso" (época em que a atividade de pesca é interrompida devido à reprodução animal). Em Iguape a época do defeso das espécies tem trazido uma série de conflitos, uma vez que os pescadores, por falta de organização local, não são beneficiados pelo seguro-defeso.

Já em Cananéia, o principal produto desembarcado é o camarão-sete-barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*), espécie que tem apresentado nos últimos anos, declínio na captura devido ao uso excessivo do arrasto e competitividade na obtenção do recurso. As principais artes pesqueiras empregadas para captura de peixes no ambiente estuarino-lagunar do município são: cerco-fixo destinado principalmente à captura da tainha (*Mugil platanus*) no inverno, do robalo (*Centropomus sp*) e do parati (*Mugil curema*) nos meses quentes; espinhel horizontal; espinhel vertical e rede de emalhe para captura dos diversos tipos de pescada. Para a captura do camarão branco (*Litopenaeus shmitti*) e camarão rosa (*Farfantepenaeus paulensis e brasiliensis*), o principal instrumento utilizado é o gerival. (Mendonça, 1998).

O ecossistema lagunar de Cananéia apresenta ainda, alta produtividade na produção comercial de várias espécies de peixes (Bastos, 1997), como corvina, bagre, sororoca e carapeba, crustáceos como o caranguejo guaiamum, o siri-azul, o caranguejo uca e moluscos como marisco da lama, o sururu, berbigão, vongole, almeja, ameijoa, lambreta e principalmente a ostra do mangue (*Crassostrea brasiliensis*).

A problemática para a comercialização, beneficiamento da produção pesqueira, assim como em outras áreas do país, se faz presente em Iguape e Cananéia. Em geral, os pescadores não detêm os meios de processamento e comercialização do produto e vêem como única saída, a venda para atravessadores, que beneficiam e comercializam o produto nos centros consumidores, recebendo a maior parte do lucro⁴.

Apesar desses problemas, no trabalho de campo realizado, notamos que a desorganização de grande parte dos pescadores é o maior obstáculo para que os mesmos participem efetivamente das decisões sobre sua atividade. Essa desorganização tem raízes múltiplas: falta de auto-estima, dificuldade de comunicação, desinteresse dos órgãos gestores na inserção dos pescadores nas tomadas de decisões sobre períodos de defeso, definição de tamanho das espécies capturadas, entre outros.

As práticas exercidas pelos pescadores artesanais nascem, porém, da concepção que eles tem de si mesmos, do modo como se relacionam com o mundo, seja ele natural ou não. A fonte do conhecimento desses pescadores encontra-se na sua trajetória histórica, como percebem o meio ambiente e as alternativas para suas práticas. Sendo assim, não há como não incluir esses atores sociais, suas instituições e forma de manejo dos recursos naturais (Scherr et al., 1995) em um plano de gestão do estuário.

⁴ Calcula-se, por exemplo, que 1 quilo de manjuba *in natura*, no início da safra, seja vendida a R\$ 1,20 pelo pescador, sendo comercializada no município de São Paulo, principalmente no CEAGESP, da mesma forma (*in natura*), no mínimo por R\$ 2,50.

4. Uso, Ocupação e Gestão Tradicional dos Territórios Marinhos.

Uma das maiores dificuldades na gestão dos recursos naturais renováveis reside no fato de serem muitos deles de propriedade comum e livre acesso como os recursos pesqueiros (Ostrom, 1996). No complexo estuarino-lagunar de Iguape-Cananéia a gestão participativa dos recursos pesqueiros só é possível na medida em que são conhecidos os modos de vida das comunidades de pescadores tradicionais, respeitando-se suas estruturas sociais e conhecimento adquirido empiricamente.

Uma breve análise da relação dos pescadores artesanais com a terra nos municípios estudados mostrou que se trata de uma relação de posse comunitária sobre o território (baseada em relações de parentesco e compadrio), que ao longo da história foi sendo exercida com a tipicidade e características da cultura caiçara, ou seja, através de um pluralismo econômico onde a agricultura e a pesca sempre estiveram sobrepostas sazonalmente. Em decorrência das estações do ano, ora a agricultura, ora a pesca configuravam-se como atividade principal. Vivendo tanto da atividade agrícola como da pesca, essas comunidades sempre obtiveram ganhos que garantiram sua sobrevivência alternando entre a terra e o mar suas atividades produtivas.

As restrições impostas pela legislação ambiental à atividade agrícola resultou na quebra de um sistema de atividades consorciadas que utilizava-se dos recursos naturais tanto da terra como do mar. Desta forma, a pesca passou a ser praticada o ano todo. Técnicas predatórias passaram a ser utilizadas como, por exemplo, a substituição do arrasto de praia, forma típica de pesca coletiva de muita importância na vida social do grupo de pescadores para a captura do peixe ou camarão pela "tarrafa" e pelo "gerival".

Isso não significa que os pescadores desconheçam os riscos que a sobrepesca pode acarretar em pouco tempo ou que não saibam apontar instrumentos adequados para gerir os recursos naturais por eles utilizados. Em entrevistas realizadas com pescadores de alguns bairros de Cananéia e Iguape foram apontados como problemas do estuário o turismo de pesca, que não tem fiscalização; o aumento do número de barcos de "arrasto de duas portas" (pesca altamente predatória) no estuário; utilização da "redinha", técnica predatória para coleta de caranguejo; introdução de espécies exóticas como o camarão da Malásia, entre outros.

A garantia de estruturas de participação, no entanto, não se faz de modo imediato, mas gradualmente o que requer a disponibilidade de diferentes níveis de formação para a autogestão, compatibilizada com as estratégias públicas e negociação com setores privados que se utilizam os recursos do estuário (quadro 2).

Quadro 2

A IUCN/UNEP/WWF, 1991, a publicação Bruntland (1987), o princípio 22 da Declaração da Rio 92 são exemplos da ênfase dada a participação das comunidades locais no manejo dos recursos para o desenvolvimento sustentável.

Princípio 22 : "... comunidades locais tem um papel vital no manejo ambiental e no desenvolvimento devido ao seu conhecimento e as suas praticas tradicionais".

Cabe ressaltar ainda que, seguindo a abordagem da gestão participativa, foi aprovado recentemente (junho de 2003), pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente, o Plano de Gestão Participativa para o Uso dos Recursos Pesqueiros do Complexo Estuarino Lagunar de

Cananéia, Iguape, Ilha Comprida e Área Costeira Adjacente, onde estão envolvidas diversas instituições como: Instituto de Pesca, Ibama, Prefeituras, Colônias de Pesca, ONGs, Sindicatos, entre outros.

Confrontando o trabalho de campo com a revisão bibliográfica, identificamos práticas diversas e, em diferentes estágios, de gestão comunitária nos municípios de Iguape e Cananéia. A fim de não homogeneizar o heterogêneo, selecionamos dois exemplos, um em Iguape (em fase embrionária) e outro em Cananéia, onde instrumentos para promoção do controle e manejo dos recursos pesqueiros têm sido promovidos com o envolvimento dos pescadores artesanais.

a. Iguape

Embora não existam no município de Iguape diretrizes concretas para o desenvolvimento do setor pesqueiro (como por exemplo, uma secretaria municipal de pesca), existem algumas iniciativas sendo construídas através de parcerias entre órgãos da esfera governamental e não governamental na busca de soluções dos problemas pesqueiros.

A fim de conhecer a realidade do setor artesanal da pesca em Iguape, uma parceria entre a Colônia de Pesca "Veiga Miranda", o Instituto de Pesca, base de Cananéia e Santos, órgão ligado a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, o Centro de Estudos Caiçaras (CEC/USP), o programa SAI (Sistema Agroindustrial Integrado-CATIVAR do Sebrae), a organização não governamental Gaia Ambiental e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, foi estabelecida e vem trabalhando para que sejam concretizadas ações de planejamento e gestão.

Em uma primeira etapa iniciada em março de 2003, formou-se equipe de técnicos ligados às instituições supra citadas para realização de trabalhos de cadastramento e (re)cadastro dos pescadores artesanais. Este grupo é ainda responsável em etapas posteriores pela coordenação, elaboração, execução e captação de recursos do projeto.

O entendimento desses parceiros é que qualquer programa dirigido à pesca no município há que, primeiramente, trabalhar formas de inserção e comunicação dos pescadores locais nestas instâncias de discussão para que a participação eficaz dos mesmos nas tomadas de decisão seja garantida. Compreender o contexto que os cerca, os direitos e deveres que possuem se faz necessário para que as restrições ambientais vigentes não sejam obstáculos para adquirirem melhores condições de sobrevivência, e sim sejam instrumentos de estabelecimento de um desenvolvimento social e ambientalmente harmônico.

Sendo assim, a Colônia de Pesca Z-7 "Veiga Miranda" em parceria com os órgãos acima citados tem trabalhado em várias frentes na busca por melhorias no setor. Trabalhos iniciais de cadastramento e informação sobre direitos dos pescadores têm produzido resultados satisfatórios. O número de filiados passou de trinta e nove para aproximadamente quinhentos associados, sendo previsto até agosto um aumento ainda mais significativo.

As comunidades de pescadores têm sido visitadas pelos técnicos das instituições parceiras em datas agendadas previamente pelas suas próprias lideranças. Nessas reuniões é explicada a importância do recadastramento, da organização dos pescadores e fortalecimento institucional da Colônia não somente para obtenção de benefícios como seguro defeso, aposentadoria e auxílio saúde, como também para a importância da participação da categoria na gestão do

estuário, nas sugestões para o manejo sustentável dos recursos do mar, medidas preventivas, fiscalização, etc.

As comunidades visitadas têm correspondido às expectativas da equipe técnica com um envolvimento satisfatório nesta fase do cadastramento. O reconhecimento de que pescadores artesanais possuem um profundo conhecimento acerca do estuário, ciclo de vida das espécies, bem como o entendimento das interações humanas existentes na localidade tem contribuído também para o aprimoramento da metodologia empregada pela equipe técnica.

b. Cananéia

Em Cananéia, moradores do bairro rural Mandira, possuem a lógica do sistema caiçara de produção. Os membros da comunidade são descendentes de escravos que se refugiaram em um quilombo e sempre exerceram atividades complementares como a pesca e agricultura, com toda a área utilizada comunitariamente pelos moradores.

Tendo vivido por gerações da agricultura de pequena escala, coleta de ostras do mangue e outros moluscos e crustáceos, pesca, fruticultura, extrativismo vegetal, artesanato, criação de animais de pequeno porte e fabricação de farinha de mandioca, a comunidade Mandira, dependia de intermediários para inserir as ostras coletadas no mercado, o que resultava na obtenção de preços baixos pelo produto e maior necessidade de aumentar a extração, levando ao corte das raízes do mangue e conseqüentemente a uma degradação ambiental.

As necessidades de reduzir o risco a sustentabilidade ambiental gerado pela degradação do mangue para aumento da produção e aumentar a qualidade do produto com a melhoria das condições de vida da comunidade envolvida fizeram com que os moradores se mobilizassem para defender seus espaços e recursos naturais (Sales & Moreira, 1996).

Essa mobilização deu origem a criação da Reserva Extrativista Marinha do Mandira (decreto federal de 13/12/2002) e ao Programa de Ordenamento da Exploração da Ostra do Mangue, com a formação de uma cooperativa para o beneficiamento e comercialização do produto. Estudos realizados⁵ mostram que as iniciativas adotadas até o momento no que se refere à conservação ambiental e melhoria das condições de vida da população participante da cooperativa (destaque-se que a cooperativa atende outros extratores além dos moradores do bairro Mandira), até então, foram positivas, o que pode revelar-se um sistema de manejo adotado socialmente de modo eficaz também no que se refere à manutenção da natureza.

Quadro 3

Como subcategoria das reservas extrativistas, as Reservas Extrativistas Marinhas (REM) estão abrangidas pela definição do artigo 18 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (lei n. 9985 de 18/06/2000), que as define como:

“área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade”.

As reservas extrativistas são áreas de domínio público e sendo assim, dependem de uma Concessão Real de Uso do território da reserva. A comunidade outorgada passa a ser responsável pelo gerenciamento do território em conjunto com o IBAMA, o que pode representar uma alternativa menos burocrática, morosa e arriscada (já que a concessão é outorgada à comunidade e não individualmente) para o equilíbrio entre direitos consuetudinários e sustentabilidade, além de colaborar para solução de conflitos fundiários.

⁵ In Diegues & Viana. (2000). Comunidades tradicionais e manejo de recursos naturais da Mata Atlântica.

5. Conclusão

As ameaças decorrentes da exploração irracional dos recursos naturais têm efeitos perversos na sociedade como um todo. A degradação do ambiente natural contribui ainda para a marginalização sócio-econômica de sociedades dele dependentes e perpetuação dos problemas sócio-ambientais.

A ampliação da participação social na gestão ambiental como característica fundamental de um desenvolvimento que se pretende sustentável, a capacidade de resiliência das sociedades e práticas alicerçadas no etnoconhecimento foram dimensões contempladas neste trabalho.

Se a gestão constitui "... o cerne onde se confrontam e se reencontram os objetivos associados ao desenvolvimento e ao ordenamento e aqueles voltados para a conservação da natureza ou para a preservação da qualidade ambiental" (Godard, 1997: 214), não há como excluir do planejamento e administração aqueles que são os mais afetados com a degradação do ambiente natural.

Os exemplos dos municípios de Iguape e Cananéia procuraram demonstrar a necessidade de existência de uma organização da comunidade local para que seja garantida uma gestão participativa dos recursos do estuário que não comprometa a oportunidade de participação nas tomadas de decisão das categorias menos favorecidas economicamente.

A multiplicidade de alternativas de controle da pesca e composição dos atores, como proibições sazonais, proibições e criação de regulamentos em determinadas áreas, limites quantitativos e qualitativos tanto no que se refere às espécies de pescado como em relação ao número de pescadores e tipo de pesca autorizada, licenciamentos, implantação de zoneamento ecológico, criação de reservas extrativistas e reservas no estuário para reprodução de espécies são algumas medidas possíveis de gestão compatilhada nos territórios marinhos.

Tais medidas, no entanto, para serem seguidas, devem surgir a partir da negociação dos atores. A gestão participativa da pesca, enquanto instrumento de administração dos recursos do mar, possui maiores chances na obtenção de um desenvolvimento social e ambiental sustentável porque reconhece os saberes locais, a trajetória histórica da apropriação dos territórios marinhos e o direito de auto-determinação por parte das populações tradicionais.

Medidas adotadas unilateralmente têm sido questionadas nos últimos anos dada a ineficácia de orientações direcionadas, por exemplo, a proteção da reprodução de uma espécie num determinado período do tempo, sem considerar a rede de inter-relações existentes nos ecossistemas e acordos entre os atores envolvidos, o que compromete a legitimidade das decisões tomadas e a capacidade que possuem em participar no processo de busca de alternativas para uma gestão ambiental eficaz.

Desta forma, percebe-se que sem a devida integração entre os diferentes atores envolvidos nas atividades que possuem interfaces com a utilização da natureza, as ações, mesmo que positivas tendem a revelar-se insuficientes e ineficazes no longo prazo. A gestão ambiental em territórios marinhos faz parte de uma nova mentalidade sobre políticas públicas e gestão participativa que pode assinalar uma nova perspectiva para implantação de estratégias alternativas de desenvolvimento sustentado em regiões tropicais.

6. Bibliografia:

ALMEIDA, Mauro & CUNHA, Manuela. "Avaliação e identificação de ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade da Amazônia brasileira". **Seminário de Consulta do Programa Nacional da Diversidade Biológica**. Macapá, 1999.

BASTOS, Alexandre Assis. **A coleta de ostra Crassostrea brasiliana e manejo sustentado em áreas de manguezal (Mandira- Cananéia)**. São Paulo: Dissertação de Mestrado do Programa de pós-graduação em Ciência Ambiental/USP, 1997.

BEGOSSI, Alpina. **Abordagens sociobiológicas, etnobiológicas e aplicações para conservação**. Trabalho apresentado no XX encontro da ANPOCS, Caxambu, 1996.

CARRIL, Lourdes de Fátima B. **Terras de negros no Vale do Ribeira: territorialidade e resistência**. São Paulo: Dissertação de Mestrado da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Depto de Historia /USP, 1995.

DIEGUES, Antonio Carlos S. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo, Ática, 1983.

DIEGUES, A. & VIANA, V.(org) **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica**. São Paulo, NUPAUB, 2000.

GODARD, Olivier. A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação. In: VIEIRA, Paulo F. & WEBER, Jacques (orgs). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo, Cortez, 1997. pp. 107-114.

HARDIN, G. "The tragedy of the commons". Science, 162: 1243-8, 1968.

HOGAN, D., CARMO, R., ALVES, H. & RODRIGUES, I. Sustentabilidade no Vale do Ribeira (SP): conservação ambiental e melhoria das condições de vida da população. In. **Ambiente & Sociedade**, ano II, nº 3 e 4, segundo semestre de 1998 e primeiro semestre de 1999.

IUCN/UNEP/WWF. **Caring for the earth: a strategy for sustainable living**. Gland, Switzerland, 1991.

MENDONÇA, Jocemar T. **A pesca na região de Cananéia/SP nos anos de 1995 e 1996**. São Paulo: Dissertação de Mestrado do Instituto Oceanográfico/USP, 1998.

OSTROM, Elinor. **Governing the commons**. Cambridge University Press, 1996.

SALES, R. & MOREIRA, A. **Reservas extrativistas no complexo estuarino-lagunar de Iguape e Cananéia, domínio Mata Atlântica**. São Paulo, NUPAUB, 1996.

SCHERR, S.J. & VOSTI, S.A. Household data needs for food policy: toward criteria for choice of approaches. In: BRAUN, J. & PUETZ, D. **Data needs for food policy in developing countries**. Washington, D.C.:IFPRI, p.44-79, 1993.

ZAN, José Roberto. **Conflito de terra no Vale do Ribeira: estudos sobre pequenos posseiros em luta pela terra no município de Sete Barras**. São Paulo: Dissertação de Mestrado da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP (Depto de Antropologia), 1986.